



## Análise das consequências sociais e de saúde da crise humanitária nas Terras Yanomami

Analysis of the social and health consequences of the humanitarian crisis in the Yanomami lands

**Francimeire Queiroz Ramos**

Graduada em Enfermagem. Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil;  
E-mail: francimeire.crmb@gmail.com; ORCID: 0000-0001-5689-7281

**Dayanne de Nazaré dos Santos**

Mestre em Enfermagem; Faculdade da Amazônia, Ananindeua, PA, Brasil;  
E-mail: enfdayannesantos@yahoo.com.br; ORCID: 0000-0002-6389-7287

**Nádile Juliane Costa de Castro**

Doutora em Ciências Socioambientais; Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil;  
E-mail: nadiledecastro@ufpa.br; ORCID: 0000-0002-7675-5106

**Resumo: Objetivo:** identificar as repercussões sociais e de saúde da crise humanitária nas terras Yanomami, conforme divulgado em matérias jornalísticas. **Método:** trata-se de um estudo qualitativo, do tipo documental, descritivo, cujas fontes primárias são reportagens e notícias veiculadas em jornais de abrangência nacional entre janeiro e fevereiro de 2023 e cuja pesquisa foi conduzida pela busca em arquivos on-line de jornais nacionais, utilizando palavras-chave, como “saúde de populações indígenas”, “Yanomami” e “crise humanitária”. **Resultados:** a análise das reportagens selecionadas permitiu evidenciar pontos básicos, relacionados a questões políticas, sociais e de saúde enfrentadas pelos povos Yanomami. Os achados deste estudo foram organizados em duas grandes categorias: a crise política e humanitária no território Yanomami; e os aspectos de saúde e de saneamento do povo Yanomami. **Conclusões:** o estudo possibilitou identificar as repercussões midiáticas sobre questões sociais e de saúde, decorrentes da crise humanitária nas terras Yanomami, destacando a vulnerabilidade desse povo diante da negligência do Estado, ao longo dos últimos anos, e evidenciando déficits das redes de atenção à saúde e fragilidades das legislações ambientais, como fatores-chave.

**Palavras-chave:** Crise humanitária; Povos indígenas; Vulnerabilidade social; Saúde ambiental; Mineração.

**Abstract: Objective:** to identify the social and health repercussions of the humanitarian crisis in Yanomami lands, as reported in journalistic articles. **Method:** this is a qualitative, documental, descriptive study, whose primary sources used included reports and news published in national newspaper between January and February 2023 and whose research was conducted by searching online archives of national newspapers, using keywords such as "health of indigenous populations", "Yanomami" and "humanitarian crisis". **Results:** the analysis of the selected reports made it possible to highlight basic points related to political, social and health issues faced by the Yanomami peoples. The findings of this study were organized into two broad categories: the political and humanitarian crisis in the Yanomami territory; and health and sanitation aspects of the Yanomami people. **Conclusions:** the study made it possible to identify the media repercussions on social and health issues arising from the humanitarian crisis in the Yanomami lands, highlighting the vulnerability of this people, in the face of State negligence over the last few years, and evidencing deficits in health care networks and weaknesses of environmental legislation as key factors.

**Keywords:** Humanitarian crisis; Indigenous people; Social vulnerability; Environmental health; Mining.

## Introdução

A atenção à saúde indígena possui organização singular por meio do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do Sistema Único de Saúde do SUS (SASISUS), em que uma das estruturas administrativas são os Distritos Sanitários Indígenas (DSEI). Tais unidades descentralizadas são responsáveis pela gestão da saúde nos territórios indígenas, com função de reorganizar a Rede de Atenção à Saúde (RAS), seguindo o princípio da Atenção Diferenciada. Esse órgão atua com Equipes Multiprofissionais de Saúde (EMSI), que congregam os Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e atuam nas aldeias e nas Casas de Saúde do Índio (CASAI)<sup>1</sup>.

Como um dos pilares da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), a Atenção Diferenciada relaciona-se ao princípio da equidade no Sistema Único de Saúde (SUS), reconhecendo a necessidade de investimentos prioritários em áreas com maior carência de cuidados, realidade dos territórios indígenas<sup>1,2</sup>.

Para melhor compreender a questão, destaca-se que a Atenção Diferenciada é um eixo essencial, que reconhece os direitos dos povos indígenas no que concerne a uma assistência adequada em saúde e reforça a importância de considerar as particularidades dessas populações na formulação e na implementação de políticas da área<sup>3</sup>. Esse tipo de atenção garante a eficácia das intervenções em saúde, uma vez que estratégias baseadas em modelos genéricos podem não ser apropriadas ou ativas, considerando que esse é um direito que subsidia a equidade em saúde<sup>3,4</sup>.

Por outro lado, o conceito de interculturalidade é, igualmente, relevante para a atuação no contexto da saúde indígena, implicando o reconhecimento, o respeito e a valorização das diferenças culturais e promovendo diálogos construtivos e equitativos entre culturas distintas<sup>3,5</sup>. Tal diálogo intercultural pode contribuir para a construção de estratégias de saúde mais efetivas e mais respeitadas, que reflitam as necessidades e as crenças e práticas culturais das comunidades indígenas em saúde<sup>5</sup>.

No Brasil, apesar da procura pela equanimidade na saúde, notam-se disparidades no acesso, no reconhecimento étnico e na prática das políticas públicas para a área. No estado de Roraima, por exemplo, existem os Distritos Sanitários Especiais Indígenas Yanomami-Ye'kwana (DSEI-Y) e Leste de Roraima (DSEI-Leste-RR), responsáveis pela coordenação da saúde nos territórios indígenas. Em Uiramutã, município com a maior população indígena em Roraima, a fim de ampliar o acesso de atendimentos a áreas indígenas por meio do Programa Mais Médicos (PMM), estrategicamente,

inseriram-se profissionais médicos e grupos de supervisão em regiões das aldeias em conjunto com os DSEI-Y, subsidiando o atendimento das etnias presentes<sup>6,7</sup>.

Nos territórios íncolas, a maior parte da assistência médica, prestada pelo SUS, vinha sendo oferecida pelo “Projeto Mais Médicos para o Brasil” (PMMB) – um dos eixos do PMM que visa oferecer médicos a regiões prioritárias – em conjunto com as EMSI. No entanto, principalmente, no início de 2022, o SUS enfrentou desafios administrativos, sanitários e tecnológicos, que agravaram os problemas de saúde da população indígena, sobretudo, a insegurança alimentar e nutricional, resultantes de políticas excludentes, adotadas pela gestão federal de 2019-2022<sup>8</sup>.

Entre essas dificuldades, destacam-se déficits no fornecimento e na aplicação de vacinas, disseminações do movimento antivacina e das variantes do Coronavírus e reduções nos quantitativos de profissionais em saúde, em virtude de doenças, mortes e/ou isolamentos, após infecções pelo vírus<sup>9</sup>.

O caso dos Yanomami foi agravado pela invasão de garimpeiros, fato que levou à fundação do Distrito Sanitário Yanomami (DSEI-Y) por intermédio da Portaria Interministerial dos Ministérios da Saúde e da Justiça nº 316, de 11 de abril de 1991, antes mesmo da formação do SASISUS<sup>10</sup>. Com a chegada das equipes de saúde às comunidades, houve a expansão da rede de cuidados, que, atualmente, presta assistência a populações em áreas remotas, via PMMB, o que inclui os grupos Yanomami<sup>10</sup>.

Persistir na negligência das instituições governamentais, em relação às vulnerabilidades desse povo, especialmente, quanto a questões ambientais, expôs os Yanomami aos efeitos nocivos do mercúrio (Hg), fato que ocorre há décadas, resultando em altos níveis de contaminação entre indivíduos dessas populações<sup>11,12</sup>.

Historicamente falando, frisa-se que, durante a década de 1980, aconteceu a “corrida do ouro” na Amazônia brasileira, que sujeitou os povos indígenas ao mercúrio, usado para separar o ouro de outros sedimentos. As populações mais próximas às regiões de garimpo evidenciam ingestões significativas do elemento, visto que o peixe, principal fonte de proteína das comunidades, carrega elevados níveis de contaminações desse metal, provocando grandes impactos na saúde. Haja vista que a exposição crônica ao mercúrio pode causar danos ao sistema nervoso central, atravessando barreiras biológicas<sup>13</sup>.

Os efeitos desse problema, na saúde dos Yanomami, são alarmantes e evidenciam a necessidade urgente de medidas de proteção e de intervenção. Logo, é fundamental que sejam implementadas políticas efetivas de proteção ambiental e de saúde pública, com objetivos de reduzir os riscos desses povos, em relação ao mercúrio, de garantir a segurança alimentar e a qualidade de vida dessas comunidades e o monitoramento contínuo dos níveis de contaminação dos peixes e dos

indivíduos das comunidades íncolas e de desenvolver programas de educação e de conscientização, de modo a evitar o acesso e os problemas com o metal<sup>13,14</sup>.

A saúde, como esfera de preocupação central da Organização das Nações Unidas (ONU), identifica o conceito de crise humanitária, engloba situações em que as pessoas poderiam estar expostas a condições adversas de saúde, tais como epidemias, desastres naturais ou conflitos armados. Tais consequências são devastadoras para a vida humana e estabilidade social. Em vista disso, uma análise aprofundada de questões jornalísticas relacionadas à saúde permite um entendimento mais abrangente das complexidades inerentes a essas crises humanitárias. Ao examinar as reportagens com um olhar crítico, os futuros profissionais da área da saúde são capazes de identificar os fatores que motivaram a ocorrência dessas crises, mas também as autoridades políticas, sociais e motivadas.

Nesse contexto, o presente artigo objetivou identificar as repercussões sociais e de saúde da crise nas áreas desse grupo em matérias jornalísticas nacionais entre os meses de janeiro e fevereiro de 2023, período de grande repercussão sobre a crise humanitária e do início das implementações das ações do atual governo federal, trazendo à tona a discussão dos impactos do garimpo em terras indígenas e os casos de morte, de desnutrição e de violência contra os silvícolas.

## Metodologia

### Desenho do estudo

Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo documental, descritivo, cujas fontes primárias incluíram reportagens e notícias veiculadas em jornais de abrangência nacional dos meses de janeiro a fevereiro de 2023, período de maior destaque sobre o tema nos jornais em virtude da mudança operacional de governo e administração do Ministério da Saúde (MS).

As matérias jornalísticas não possuíam qualquer tratamento prévio, justificando seu caráter inédito e original, posto que ainda não havia sido explorado. O período escolhido não se limita aos acontecimentos do período, mas às ações anteriores que se destacaram no recorte temporal.

Nesse contexto, a pesquisa documental vem sendo, amplamente, consumida em investigações científicas, com ênfase nas ciências humanas e sociais, uma vez que esta possibilita a reconstrução histórica de determinado momento, além de configurar importante fonte de dados para os mais diversos tipos de averiguação<sup>15,16</sup>.

A técnica foi realizada através de um *clipping* (do inglês, “recortar”), que usa os serviços de pesquisa e de coleta para monitorar, analisar e arquivar menções feitas em jornais, reunindo informações de diversos meios de comunicação, impressos ou digitais, para obter uma visão geral daquilo que está a ser divulgado<sup>17</sup>.

O *clipping* é um processo utilizado na área de comunicação e empreendido com conteúdo público, maiormente, a partir de matérias jornalísticas que têm sido usadas, com frequência, para identificar falas e mensurar reputação. Tem, ainda, objetivo técnico de capturar verbetes e expressões, o que se expressa neste estudo por recortes das falas identificadas nas reportagens. Como processo, envolve as seguintes etapas: identificação da palavra-chave, monitoramento das plataformas e triagem do conteúdo para otimização dos dados, sendo caracterizado a partir de um recorte, em que é possível nomear e catalogar<sup>17</sup>.

### Fonte de dados, local e período do estudo

A investigação nos materiais de pesquisa se desenvolveu nos arquivos de portais e jornais nacionais: Universo Online (UOL), Portal um só Planeta, Jornal O Povo, Portal Terra, *British Broadcasting Corporation* (BBC) Brasil e *Cable News Network* (CNN) Brasil, disponíveis no formato on-line, ambos de na versão brasileira.

Foram excluídos artigos e textos cujo conteúdo expressa opiniões de colunistas, incluindo os que subsidiaram seus textos em pesquisa acadêmica, consultaram especialistas no assunto, com considerações objetivas e embasadas cientificamente, por meio de documentações oficiais da União, que orientassem as conclusões apresentadas, no intuito de abordar a questão de forma jornalística.

Para a busca, exploraram-se seus conteúdos com base nas palavras-chave “Saúde de populações indígenas” AND “Yanomami AND “Crise Humanitária”, ao passo que o recorte temporal considerou, como marco, os meses de janeiro a fevereiro de 2023 no *site* de busca *Google* por meio do ícone “notícias”.

A coleta de dados foi efetuada entre fevereiro e março de 2023, pelo primeiro autor, sendo revisada novamente em segundo momento pelos demais autores. Dessa forma, o achado gerou o Quadro 1, que apresenta 9 matérias para análise, organizadas em veículo, manchete e principais assuntos.

### Análise dos dados

As entrevistas e as notícias, selecionadas neste estudo, foram agrupadas em um arquivo do programa Microsoft *Word*<sup>®</sup> para melhor organização dos dados. Após tal arranjo, partiu-se para as etapas de leitura integral e de comparação de resultados.

Feita a transcrição das entrevistas no *Word*, a interpretação dos dados foi efetivada, dispondo-se da técnica de análise de conteúdo de Bardin. Assim, por esse método, foram feitos recortes dos resultados, visando à identificação de categorias de significados, com posterior interpretação dos

achados obtidos<sup>18</sup>. Tal prática baseia-se em um conjunto de técnicas de análise que visam obter indicadores permitindo conclusões acerca de um conhecimento, utilizando procedimentos sistemáticos nas seguintes três etapas: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados, inferência e interpretação, que subsidiaram a organização dos dados para construção das categorias.

Para interpretação e leitura do material obtido, tencionando a construção das categorias que apresentassem a abrangência dos elementos e as relações entre si, articulou-se conforme Minayo, Assis e Souza<sup>19</sup>. Nesse sentido, fez-se análise do cenário político, social e econômico em que as notícias foram publicadas, identificando padrões, seguida de comparações com fontes acadêmicas mediante semelhanças e disparidades. A identificação de padrões sinalizou categorias emergentes, que responderam à questão da pesquisa.

Como aporte conceitual, dispôs-se da classificação de crise humanitária da Organização das Nações Unidas, a partir da perspectiva de emergências complexas, quando os efeitos de uma série de eventos dificultam o acesso a condições básicas<sup>20</sup>.

Em relação a esse conceito, refere-se que o estudo foi baseado na apreensão dos seguintes apontamentos a partir das categorias que emergiram: as crises política e humanitária nos territórios Yanomami e aspectos de saúde do povo Yanomami, considerando que os achados apontaram eventos históricos e atuais que condicionaram os achados.

### Aspectos éticos

Por se tratar de uma pesquisa documental, que recorre a informações de domínio público, não houve a necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as diretrizes da Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde.

No entanto, os autores resguardam-se de não citar nomes que possam infringir questões éticas, resguardando-se dentro dos princípios do Conselho Nacional de Saúde.

### Resultados e Discussão

A Constituição Federal (CF) de 1988 colocou as necessidades dos povos indígenas em destaque, uma vez que tiveram direitos, territórios e diferenças étnicas/culturais reconhecidas, pois, antes, o Estado via o povo brasileiro de forma homogênea. Anteriormente, houve a I Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio, em novembro de 1986, que fomentou as consolidações do movimento e dos direitos indígenas, criando as bases para o SASISUS<sup>21</sup>.

Na sequência desses episódios, no início da década de 1990, identifica-se o princípio da discussão sobre os Yanomami nas agendas internacionais de direitos humanos, havendo pressões políticas para a demarcação das Terras Indígenas Yanomami (TIY). Todavia, tal ideia foi de encontro aos interesses dos empresários regionais, que queriam a fragmentação dos territórios em áreas descontínuas, agravando a crise vivida pelos Yanomami. Como resposta, em 1991, houve a demarcação das TIY e a criação do Distrito Sanitário Yanomami (DSE-Y), medidas marcantes para esse povo, o qual permanece em luta política constante, até os anos atuais, de acordo com as notícias veiculadas<sup>22</sup>.

Em virtude disso, mediante a observação das reportagens dos jornais de abrangência nacional, foi possível identificar os principais aspectos históricos, políticos, sociais e de saúde relacionados aos povos Yanomami, conforme Quadro 1. Os resultados deste estudo foram agrupados em duas categorias distintas: crises política e humanitária no território Yanomami; e aspectos de saúde e de saneamento do povo Yanomami.

Essa organização permite uma compreensão mais aprofundada das conjunturas complexas enfrentadas por essa comunidade íncola, possibilitando uma análise mais abrangente e mais embasada no que tange à situação em tela.

**Quadro 1.** Reportagens retiradas de jornais nacionais em janeiro de 2023

Nº	Veículo e data	Manchete	Assunto/Resultados
1	Portal CNN Brasil 21/01/2023	Ministério da Saúde declara emergência em saúde pública em território Yanomami	Informa sobre a declaração de emergência sanitária dos povos Yanomami, os casos de desnutrição, Malária e infecção aguda e o início das primeiras ações governamentais.
2	Portal BBC News Brasil 22/01/2023	“A pior situação humanitária que já vi”: os relatos de médico que foi atender os Yanomami	Explicita o relato de profissional médico especialista em Malária sobre o cenário identificado, apontado o garimpo ilegal como problema antigo e sua expansão no território entre 2028 e 2021, relacionando-o com os impactos na saúde.
3	Portal Terra 23/01/2023	Crise humanitária: entenda o que aconteceu com os povos indígenas Yanomami em Roraima	Aborda desde a declaração de emergência nacional em saúde dos Yanomami, destacando a infraestrutura da saúde e as medidas práticas adotadas após identificação de desvio de verbas públicas federais.
4	Portal O Povo 23/01/2023	Entenda a crise humanitária que afeta o povo Yanomami em Roraima	Aponta a situação identificada no Território Yanomami, considerando a omissão do governo Bolsonaro, o garimpo ilegal, desmatamento e desorganização social identificados pela nova gestão em saúde do Governo Federal.
5	Portal Um Só Planeta 23/01/2023	Entenda a crise de saúde entre indígenas Yanomami e o que a devastação na Amazônia tem a ver com isso	Aponta o garimpo ilegal e as atividades relacionadas como grandes causadores das condições de desnutrição, morte e casos de Malária identificados e sinalizados.
6	Portal UOL 28/01/2023	Governo Bolsonaro escondeu crise humanitária de indígenas em reunião na ONU	Cita a omissão de informações sobre os Yanomami em reunião internacional em Genebra, trazendo fatos sobre como a crise afeta diretamente a saúde.

7	Portal CNN Brasil 30/01/2023	Defensoria Pública da União pede mais aeronaves da FAB para ajudar os Yanomami	Explicita o pedido de reforço estrutural e logístico por meio da Defensoria Pública da União no quantitativo de aeronaves para auxílio das demandas de saúde.
8	Portal CNN Brasil 09/02/2023	Instituto Evandro Chagas inicia missão humanitária em terra Yanomami	Sinaliza ação do entidade de pesquisa para redução da crise por meio do apoio e diagnóstico situacional e laboratorial.
9	Portal BBC News Brasil 17/02/2023	Sob Bolsonaro, mortes de Yanomami por desnutrição cresceram 331%	Expõe, através de dados obtidos via LAI, o crescimento de mortes entre os Yanomami cronologicamente, considerando o desmonte de políticas públicas como potencializador dos agravos em saúde.

Fonte: elaborado pelos autores (2023)

### As crises política e humanitária nos territórios Yanomami

Para a compreender a crise humanitária que se originou entre o povo Yanomami, é necessário destacar os processos enfrentados pelo contato com não indígenas e a invasão de garimpeiros em seu território, problema que teve início na ditadura militar brasileira (1964-1985) e na inserção de projetos de desenvolvimento no entorno de seus espaços ao longo das últimas décadas<sup>21</sup>.

Tais fatos possibilitam entender que a crise foi desencadeada por um processo contínuo de negligência, que teve seu auge no ano de 2022. Os eventos identificados no período da ditadura, por exemplo, tiveram como consequências exposições a violências armadas, a epidemias, a contaminações ambientais, a expropriações de recursos naturais, a deslocamentos forçados e a diversos outros fatores, que levaram à desintegração e ao extermínio étnico-cultural<sup>23</sup>.

A população, que era de aproximadamente 3.000 indígenas no início da década de 1970, sem registros de epidemias graves, foi estimada em cerca de 1.000 indivíduos em 1974, caindo para apenas 332 sobreviventes em 1983, dos quais 216 eram crianças ou jovens com menos de 20 anos. Portanto, em busca do suposto “desenvolvimento” econômico, cerca de 2.600 indígenas foram massacrados<sup>23</sup>, vistos como obstáculos ao avanço do capitalismo e como ameaças potenciais ao desenvolvimento nacional.

Mesmo diante de denúncias em órgãos internacionais, somente após o fim da ditadura, em 1985, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) abordou a exploração territorial e os abusos sofridos pelo povo Yanomami nos estados do Amazonas e de Roraima nas proximidades da fronteira com a Venezuela. Essa recomendação evidenciou-se como um marco importante no avanço da jurisprudência do sistema interamericano<sup>10</sup>.

Embora tardio, tal posicionamento trouxe à tona as necessidades de responsabilização e de reparação pelos danos históricos sofridos pelos Yanomami e por outros povos indígenas do Brasil, além de destacar a relevância de garantir a proteção dos direitos territoriais e culturais, reconhecendo a

posição vulnerável e a imprescindibilidade de políticas, que promovam a preservação das identidades e dos modos de vida dos povos em questão.

Tal recomendação de garantir a sobrevivência do povo Yanomami representou um passo significativo para ampliar o reconhecimento e a visibilidade de violações, impulsionando o fortalecimento de mecanismos de proteção de direitos humanos dos povos aborígenes no âmbito internacional<sup>24,25</sup>.

Nesse contexto, os dados populacionais alarmantes evidenciam a magnitude do genocídio e o impacto devastador das políticas de integração forçada sobre a população Yanomami<sup>11,12</sup>, bem como a ocorrência de um processo histórico de violações de direitos humanos, evidenciado novamente, no final de 2022, como pode ser lido na matéria do Portal Terra:

*“Segundo especialistas, houve falhas graves nas políticas públicas de atenção à saúde dos indígenas durante o último governo. A pandemia da covid-19 prejudicou ainda mais o atendimento e a fiscalização do trabalho feito junto a essa população.” (PORTAL TERRA, 2023).*

No contexto atual, a persistência nos desmontes de instituições e de políticas públicas indigenistas, como ocorreu no governo vigente entre 2019 e 2022, fragilizou ainda mais a situação dos Yanomami. Pelos registros jornalísticos, percebe-se que, depois de 30 anos de demarcações, ainda há devastações ambientais, epidemias, desnutrições, crises sanitárias e cerca de 20 mil garimpeiros ilegais na região de abrigo dos Yanomami<sup>25</sup>, situação que foi estampada na matéria do Portal UOL:

*“O governo tentou camuflar a crise envolvendo os povos indígenas e, em especial, a situação dos yanomamis. Em uma reunião em novembro (2022) em Genebra, uma delegação de diferentes ministérios do governo federal omitiu o drama humanitário que populações inteiras viviam e apresentou dados de uma administração que estaria garantindo atendimento, saúde, alimentos e direitos aos povos tradicionais.” (PORTAL UOL, 2023).*

Na crise dos povos indígenas, em particular, os Yanomami, revelam-se possibilidades de subnotificações de registros e/ou de dados paralelos, que não estão presentes no SASISUS, de modo que, para combater tais informações, são relevantes denúncias pelos agentes de saúde, lideranças, Poder Público e das dinâmicas intersetoriais estratégicas que confrontam discursos sobre situações de saúde controlada nas TIY e revelem as necessidades dos Yanomami<sup>26</sup>.

*“O número de mortes por desnutrição de indígenas da etnia yanomami aumentou 331% nos quatro anos do governo (...) em comparação com os quatro anos anteriores. O aumento está registrado em dados obtidos com exclusividade pela BBC News Brasil por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI). Entre 2019 e 2022, 177 indígenas do povo yanomami morreram por algum tipo de desnutrição, segundo dados do Ministério da Saúde.” (BBC News Brasil, 2023).*

O aumento de 331% no número de mortes por desnutrição, na etnia Yanomami, durante o período de 4 anos, destaca a fragilidade das políticas públicas voltadas para a população indígena do

Brasil. Esse aumento reflete alterações nas políticas públicas de saúde, seus programas de saúde, além de, potencialmente, indicar violações dos direitos indígenas e das dinâmicas sociopolíticas que, de modo eventual, agravaram-se na gestão federal de 2019-2022<sup>8</sup>.

Por seu turno, a desnutrição entre os Yanomami sublinha a necessidade urgente de melhorar a prestação de serviços de saúde para as populações indígenas, garantindo sua acessibilidade, adequação cultural e equidade, indo ao encontro da atenção diferenciada<sup>3</sup>, a qual é mencionada na constituição das políticas públicas. Outrora, fatores como o impacto da exploração ilegal de terras indígenas afetam os recursos naturais dos quais os Yanomami dependem. Percebe-se, então, o papel crucial do jornalismo em destacar e dar visibilidade a essas questões com o propósito de revelar fatos<sup>25,27</sup>, como observado no trecho a seguir:

*“O atendimento à saúde dos indígenas é realizado por postos de infraestrutura razoável, que vão até a região para realizar exames, vacinar os habitantes e oferecer remédios (...), foram notadas a diminuição e precarização do serviço de atendimento ofertado. O avanço da prática ilegal somado à suposta negligência do mandato anterior colaboraram para agravar o cenário de crise vivenciado pelos yanomamis, segundo atual governo.” (PORTAL O POVO, 2023).*

De acordo com os registros jornalísticos, a precarização e o sucateamento dos serviços de saúde tiveram um resultado significativo na saúde dos povos indígenas, de tal maneira que comprometeu a qualidade e a eficácia dos serviços em saúde<sup>24</sup>. A falta de infraestrutura adequada e a escassez de recursos comprometem o acesso a serviços essenciais à saúde indígena, assim como as distâncias de suas necessidades peculiares, perspectiva que tem sido revelada em trabalhos recentes<sup>25,26</sup>.

Para entender a atual crise humanitária nas TIY, é imprescindível conceber a dinâmica desse povo, tradicionalmente, de alta mobilidade, tal como as atividades que se estabeleceram, partindo das chegadas do garimpo ilegal e dos serviços governamentais, como os da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que resultaram em processos de medicalização e de cooptação, afetando, diretamente, a cultura Yanomami<sup>20</sup>. Esses problemas se acumulam, ao longo de décadas, e requerem intervenções e assimilações urgentes para que se estabeleçam soluções efetivas<sup>27</sup>.

Portanto, os achados revelam que a conjuntura identificada pelos jornais não é composta de fatos atuais, representa, na verdade, a continuidade de ações que evidenciam o descaso com povos indígenas, que remontam à época da ditadura militar. Considerando a classificação da ONU, os fatos demonstram que a crise humanitária é desencadeada por situações que agredem a saúde e os direitos desses povos, em virtude da sua escassez de assistência<sup>20</sup>.

A presente crise humanitária revela a premência de ingerências planejadas e articuladas entre diversos setores, sendo fundamental a atuação conjunta dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário,

juntamente com órgãos e instituições responsáveis pela saúde, pelo ambiente, pela segurança e pelos direitos humanos<sup>29</sup>.

O setor da saúde, por exemplo, desempenha um papel central nessa operação, garantindo o acesso a serviços adequados e de qualidade para as comunidades nativas, fortalecendo a estrutura e a presença de profissionais de saúde nas regiões afetadas, o que necessita ser articulado à participação de lideranças indígenas<sup>4</sup>. A fragilidade e o sucateamento do sistema de saúde, por governos anti-indigenistas, aumentam a crise<sup>20</sup>. Essa articulação pode ser fortalecida com ações intersetoriais, a exemplo da ação de instituições de pesquisa para diminuir os efeitos da crise e controlar os agravos à saúde, como observado nas ações do Instituto Evandro Chagas.

No que concerne ao setor ambiental, este é responsável por ações de fiscalização e de combate a atividades ilegais, como a do garimpo, que causam danos à cadeia alimentar principalmente<sup>26,28</sup>. Ao mesmo tempo, a segurança pública tem papel relevante na proteção das comunidades indígenas contra invasões, violências e conflitos, relacionados à exploração ilegal de recursos naturais, embora a fragilidade legislativa de tal instância exponha esses povos a ações negativas de exploradores ambientais<sup>30</sup>.

### Aspectos de saúde do povo Yanomami

Na década de 1980, principiou-se a grande corrida ao ouro em Roraima, situação que trouxe dezenas de milhares de garimpeiros para os territórios Yanomami, gerando desorganização social e epidemias, além do aumento dos níveis de mortalidade por Malária, em razão do desmatamento da floresta nativa. Nos dias atuais, a assistência à saúde Yanomami cabe ao governo brasileiro por meio do DSEI-Y, ligado à Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI/MS), com sede no DSEI-Y de Boa Vista, Roraima (RR), responsável pela coordenação das ações em saúde<sup>31</sup>.

A invasão de terras indígenas, por garimpeiros, além de provocar desordem social e problemas de segurança, interfere na biodiversidade através das atividades de extração mineral, culminando em sérios problemas sociais e de saúde, com visíveis impactos ambientais, como desmatamento, assoreamento de rios e contaminação por mercúrio, que afeta rios e animais silvestres, geralmente, próximos às aldeias, expondo os indígenas à significativa presença do metal e colocando-os no topo das populações vulneráveis do mundo sob esse aspecto<sup>32</sup>. Tais repercussões são destacadas na matéria do Portal Um Só Planeta:

*“Os Yanomami passam por uma crise sanitária que já resultou na morte de 570 crianças por desnutrição e causas evitáveis nos últimos anos. Há ainda o acesso de equipes de saúde às regiões em que há doentes, de acordo com o governo federal.” (UM SÓ PLANETA, 2023).*

São notáveis as iniquidades sinalizadas nos registros jornalísticos. A contaminação por mercúrio, por exemplo, que ocorre na cadeia alimentar, em especial, pelo consumo de peixes, representa uma ameaça direta à saúde das comunidades em tela. Essa poderia ser evitada, no entanto, a presença constante de garimpeiros dificulta o acesso de equipes de saúde às regiões carentes de atendimento, agravando ainda mais a situação<sup>14</sup>.

Em face da alarmante situação de saúde enfrentada pelos Yanomami, torna-se imperativo adotar medidas urgentes para combater tais práticas e assegurar as proteções à saúde e ao bem-estar dessas comunidades. Tais medidas precisam envolver ações de fiscalização e de implementação de políticas de saúde diferenciadas<sup>4</sup>, que levem em consideração as necessidades específicas das comunidades aborígenes e os reflexos negativos da mineração ilegal, o que pode controlar a crise humanitária estabelecida<sup>14</sup>.

A proteção à saúde dos Yanomami requer uma abordagem abrangente, que ultrapasse a simples repressão a atividades de garimpo. Dessa maneira, é fundamental desenvolver políticas que promovam o acesso equitativo aos serviços de saúde, incluindo a capacitação de profissionais em saúde para atuarem, considerando as particularidades e os desafios enfrentados pelos Yanomami, com estratégias de prevenção e de promoção da saúde, com ênfase na educação em saúde, na segurança alimentar e no monitoramento dos problemas ambientais causados pela mineração ilegal<sup>3,5</sup>.

Do mesmo modo, é necessária atenção aos efeitos neurotóxicos do mercúrio usado pelos garimpeiros por parte das equipes de saúde e dos órgãos de pesquisa, pois este ocasiona graves modificações nas funções vitais normais, sobretudo, aquele utilizado no processo de extração de ouro, pois cerca de 20% desse mercúrio é despejado nos rios, enquanto os outros 80% evaporam para a atmosfera, durante a amalgamação, e entram na cadeia alimentar através da precipitação nas lavouras ou da metilação em animais e em plantas consumidas pelos indígenas<sup>33</sup>.

Essa realidade é evidenciada na reportagem da BBC News Brasil:

*“A exploração dos minérios depende do uso de mercúrio, um composto tóxico que contamina a água e os alimentos consumidos pelas pessoas. A exposição a essa substância está relacionada a uma série de prejuízos à saúde, como doenças neurológicas em recém-nascidos.”* (BBC NEWS BRASIL, 2023).

A identificação do processo histórico também é observada nos registros da situação de crise atual, reafirmando se tratar de um conjunto de ocorrências de muitos anos, o qual só piorou com gestão governamental iniciada em 2019:

*“O problema não começou agora, já vem de longa data. A gente tem um dado de que, a cada 72 horas, uma criança ou idoso Yanomami está morrendo por subnutrição, diarreia ou malária. Nos últimos 4 anos, 570 pessoas Yanomami morreram, decorrente da contaminação por mercúrio, devido ao garimpo ilegal, subnutrição ou malária.”* (CNN BRASIL, 2023).

Em virtude disso, percebe-se que a desorganização social dos territórios Yanomami ocorreu, nas últimas décadas, a partir da ação de não indígenas e da fragilização das legislações ambientais e das entidades competentes, o que possibilitou o agravamento das doenças e dos problemas da região, como um evento contínuo e em cadeia, caracterizando uma crise humanitária de emergência complexa<sup>13,20</sup>.

As notícias revelam problemas em curso há muitos anos, dos quais crianças e idosos Yanomami são as maiores vítimas atualmente<sup>13</sup>. As dificuldades de acesso, dada a ausência de estradas ou rodovias, e os altos custos de transporte aéreo ou fluvial tornam a assistência à saúde Yanomami ainda mais difícil, na medida em que estes dependem de visitas esporádicas de equipes de saúde, as quais necessitam de infraestruturas diferenciadas<sup>29</sup>.

As reportagens aqui empregadas também elucidam que tal estrutura parece não estar conseguindo atender às necessidades em saúde da população em foco, tendo em vista as altas taxas de mortalidade e as condições relatadas. Para fazê-lo, novas estratégias de assistência em saúde têm sido pensadas para os Yanomami, considerando a geografia e os desafios específicos dessa população<sup>29</sup>.

*“Os profissionais se juntarão a equipes que já estão atuando na região, focadas nos atendimentos prestados na Casa de Saúde Indígena e nos polos de atendimento de saúde. A proposta inclui ações como: diagnóstico situacional e laboratorial, administração e supervisão de tratamento específico e educação em saúde. Um dos principais objetivos é evitar o avanço da malária, reduzindo as fontes de infecção, identificando os casos e as mortes pela doença e amplificando a prevenção na terra Yanomami.” (CNN BRASIL, 2023).*

Mediante o panorama de intervenções nas comunidades Yanomami, tornam-se evidentes os grandes déficits sociais e de saúde desse povo, seja pela má infraestrutura de saúde, seja pela imprescindibilidade de revisão da legislação ambiental. Porém, na atualidade, essa perspectiva ainda parece distante para os silvícolas, pois os altos déficits estatísticos têm sido repetidos há décadas, indicando que as condições de vida e de saúde do grupo se mantêm precárias e sem alterações ao longo dos anos<sup>25,34-36</sup>.

### Considerações finais

O estudo dos Yanomami e da atividade garimpeira comprovou a multiplicidade de desafios políticos, sociais e de saúde enfrentados por esse grupo indígena e evidenciados pelas matérias jornalísticas. Estas agregaram um conjunto de informações de investigação jornalística em conjunto com dados científicos e relatórios técnicos, apresentando a identificação de elementos-chave das crises política e

humanitária no território Yanomami, assim como revelaram os problemas de saúde e de saneamento vivenciados, historicamente, por essa população.

No decorrer do tempo, os Yanomami têm sido submetidos a um intrincado processo de interação com não indígenas e suas terras, em vista da incursão de garimpeiros. De modo que, como projetos de desenvolvimento, de exploração mineral e de expansão agropecuária, desalojaram esses povos de suas terras, contudo a negligência das autoridades governamentais, perante tal crise, é perturbadora, quer pela manipulação de informações, quer pela negação da ocorrência de uma autêntica tragédia humanitária.

As matérias jornalísticas salientam a deterioração dos serviços de saúde e a falta de acesso adequado como fatores contribuintes para as crises enfrentadas pelos Yanomami, relativos à infraestrutura inapropriada e à escassez de recursos, resultantes de um processo contínuo e evidenciado, especialmente, em governos com ideologias a favor do desenvolvimento regional, ligadas à exploração ambiental e às fragilidades das legislações e dos órgãos que subsidiam a saúde e o ambiente.

Nas matérias, notam-se afirmações sobre a responsabilidade governamental em assegurar investimentos suficientes, infraestruturas de qualidade e recursos adequados para promover cuidados eficazes e apropriados em saúde para os povos nativos, assim como as prementes necessidades de combater a exploração ilegal de recursos naturais e de implementar políticas que considerem as urgências específicas das comunidades indígenas, ainda que tais aspectos sejam pouco evidenciados no *corpus* pesquisado.

Notou-se que essa postura começa a aparecer a partir do momento que há a identificação dos problemas *in loco* pelos representantes governamentais, sendo efetivadas, de modo contínuo, ações emergenciais como destaque a questões logísticas e de recursos humanos. Verificou-se que, para expor essas ações os jornais, primeiramente, destacaram os processos históricos dos Yanomami, tendo como base temporalidade, governos e ações paralelas dos garimpos ilegais nesse percurso.

Percebeu-se, dessa forma, que o estudo de matérias jornalísticas desempenha um papel basilar no desenvolvimento e aprimoramento da formação profissional de indivíduos que enfrentam os desafios complexos da área da saúde. Ao analisar, criticamente, as notícias relacionadas a esse campo, esses profissionais podem adquirir uma compreensão mais abrangente e contextualizada dos problemas emergentes, permitindo-lhes tomar decisões dominantes e engajar-se de forma eficaz na resolução das questões que surgem.

Além disso, o estudo de matérias jornalísticas proporciona uma visão ampliada das perspectivas e opiniões diversas presentes no âmbito da saúde, pois são expostas a uma variedade de vozes e pontos

de vista, o que promove uma compreensão mais rica e complexa das questões em jogo. Oferece, ainda, aos profissionais de saúde uma profunda apreensão das tendências e debates atuais em saúde por uma ampla gama de fatores sociais, fornecendo subsídios para análises oportunas e contextualizadas desses fatores, com uma variedade de perspectivas sobre questões de saúde, incentivando o pensamento crítico e a reflexão. Esses vieses podem vir de especialistas em saúde, formuladores de políticas, pacientes e membros do público, o que pode gerar questionamentos e debates para reconhecer a complexidade das questões de saúde.

Nesse contexto, o presente estudo se limitou a analisar reportagens jornalísticas de um período curto, em que houve grande repercussão midiática e troca de gestão governamental, podendo haver uma tendência em destacar fatos considerados relevantes, pelos veículos em foco, como eventos menos notáveis, mas ainda significativos, de tal forma que podem ter sido sub-relatados.

Recomenda-se que novos estudos no que tange às repercussões sobre os impactos de emergências sanitárias, crises políticas e humanitárias sejam investigados a partir de documentos oficiais com o propósito de colaborar com a discussão de implementar políticas de saúde entre os povos Yanomami, assim como para apresentar subsídios para desenvolvimento de produtos e metodologias para o cuidado integral e intercultural.

Salienta-se ser preciso, também, discutir o papel do jornalismo para apresentação e desdobramentos das políticas de saúde aos povos indígenas e como esse mecanismo pode ser usado para perpetrar as competências de comunicação e de formação social e política de profissionais de saúde no âmbito da formação.

## Referências

1. Brasil. Ministério da Saúde (MS). Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Brasília: Funasa; 2002.
2. Freitas FPP, Luna WF, Bastos LOA, Ávila BT. Experiências de médicos brasileiros em seus primeiros meses na Atenção Primária à Saúde na Terra Indígena Yanomami. *Interface (Botucatu)* [Internet]. 2021 Abr [citado em 20 mar. 2023];25:e200212. doi: <https://doi.org/10.1590/interface.200212>.
3. Langdon EJ. Os diálogos da antropologia com a saúde: contribuições para as políticas públicas em saúde indígena. In Langdon EJ, Grisotti M. (org.). *Políticas públicas: reflexões antropológicas*. Florianópolis: Editora UFSC; 2016. p. 17-42.
4. Krenak A. Reflexão sobre a saúde indígena e os desafios atuais em diálogo com a tese “Tem que ser do nosso jeito”: participação e protagonismo do movimento indígena na construção da política de saúde no Brasil. *Saude Soc* [Internet]. 2020 Mar [citado em 20 mar. 2023];29(3):e200711. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020200711>.
5. Diehl EE, Pellegrini MA. Saúde e povos indígenas no Brasil: o desafio da formação e educação permanente de trabalhadores para atuação em contextos interculturais. *Cad Saude Publica* [Internet]. 2014 Apr [citado em 20 mar. 2023];30(4):867–74. doi: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00030014>.

6. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). Brasília: Ministério da Saúde; 2021.
7. Luna WF, Ávila BT, Brazão CFF, Freitas FPP, Cajado LCS, Bastos LOA. Project More Doctors for Brazil in remote areas of the state of Roraima: relationship between doctors and the Special Supervision Group. *Interface (Botucatu)* [Internet]. 2019 Mai [citado em 20 mar. 2023];23:e180029. doi: <https://doi.org/10.1590/Interface.180029>.
8. Chioro A, Costa AMA. Reconstrução do SUS e a luta por direitos e democracia. *Saude Debate* [online]. 2023 Jan [Citado em 17 Jul 2023]; 47(136):05-10. doi: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202313600>.
9. Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Seminário estadual discute os desafios do SUS em tempos de pandemia. Brasília: Ministério da Saúde; 2021.
10. Ávila BT, Alves SV. Planejamento reprodutivo em área indígena e a busca pela atenção diferenciada: os dilemas entre desigualdade e diferença. *Saude Soc* [Internet]. 2022 Out [citado de 10 Mai de 2023];31(4):e200357pt. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022200357pt>.
11. Pithan OA, Confalonieri UEC, Morgado AF. A situação de saúde dos índios Yanomámi: diagnóstico a partir da Casa do Índio de Boa Vista, Roraima, 1987-1989. *Cad Saude Publica* [Internet]. 1991 Dez [citado de 10 Mai de 2023];7(4):563-80. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1991000400007>.
12. Muniz RSF. A epidemia do garimpo ilegal e o avanço da covid-19 na Terra Indígena Yanomami. *Geoensaios* [Internet]. 2021 Ago [citado de 7 jun. 2023];7(14):214-26. Disponível em: [https://periodicos.uff.br/ensaios\\_posgeo/article/view/47112](https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/view/47112)
13. Ramos AR. O paraíso ameaçado: Sabedoria Yanomami versus insensatez predatória. *Antípoda* 2008 Jul; [citado de 15 abr. 2023];1:101-17. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/814/81411812006.pdf>
14. Basta PC, Hacon SS. Impacto do mercúrio na saúde do povo indígena Munduruku, na Bacia do Tapajós. *Nota Técnica, WWF / FIOCRUZ*. 2020. 7p. Disponível em: [https://www.greenpeace.org/static/planet4-brasil-stateless/9ec86ba8-wwfbr\\_2020\\_nt\\_impacto-merc%C3%BArio-sa%C3%BAde-povo-ind%C3%ADgena-munduruku\\_v2.pdf](https://www.greenpeace.org/static/planet4-brasil-stateless/9ec86ba8-wwfbr_2020_nt_impacto-merc%C3%BArio-sa%C3%BAde-povo-ind%C3%ADgena-munduruku_v2.pdf)
15. Padilha MI, Bellaguarda MLR, Nelson S, Maia ARC, Costa R. O uso das fontes na condução da pesquisa histórica. *Texto Contexto Enferm* [Internet]. 2017 Ago [citado em 20 mar. 2023];26(4):e2760017. doi: <https://doi.org/10.1590/0104-07072017002760017>.
16. Teodósio SCCS, Silva ER, Padilha MI, Mazera MS, Borenstein MS. A história oral e pesquisa documental como itinerário de pesquisa na enfermagem: um estudo bibliométrico (2000-2014). *Esc Anna Nery*. 2016; [citado em 20 mar. 2023];20(4):e20160087. doi: <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20160087>.
17. Campos JFG. Uma abordagem arquivística dos recortes de jornal. *OFF/ARQ-SP* [Internet]. 2022 jun [citado 7 jun. de 2023];1(1). Disponível em: <https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associacao-de-arquivi/article/view/10>
18. Bardin L. *Análise de conteúdo*. 4ª ed. Lisboa: Edições 70; 2010.
19. Minayo MC, Assis SG, Souza ER. *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2015.
20. Organização das Nações Unidas (2015). *Final research-based report of the Human Rights Council Advisory Committee on best practices and main challenges in the promotion and protection of human rights in post-disaster and post-conflict situations (A/HRC/28/76)*. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/final-research-based-report-human-rights-council-advisory-committee-best-practices-and>
21. Guimarães SMF. O sistema médico Sanumá-Yanomami e sua interação com as práticas biomédicas de atenção à saúde. *Cad Saude Publica* [Internet]. 2015 Out [citado 7 jun. 2023];31(10):2148–56. doi: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00194414>.

22. Leite TVS. Imagens da humanidade: metamorfose e moralidade na mitologia Yanomami. *Mana* [Internet]. 2013 Abr [citado 7 jun. de 2023];19(1):69–97. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132013000100003>.
23. Roriz J. Os donos do silêncio: a política externa do regime militar brasileiro e a comissão de direitos humanos das nações unidas. *Lua Nova* [Internet]. 2021 Mai [citado 7 jun. 2023];(113):103–36. doi: <https://doi.org/10.1590/0102-103136/113>.
24. Batista L, Baptista LA S, de Nardin L. Peles e vidas transformadas em asfalto: inquirições ético-políticas de uma barbárie. *Psicol Cienc Prof* [Internet]. 2019 [citado em 01 jun. 2023];39(spe):e221676. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221676>.
25. Bernardi BB, Roriz J. Mantendo o céu no lugar: o caso Yanomami e as denúncias contra a ditadura militar brasileira na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Rev Bras Cienc Polit* [Internet]. 2023 [citado 18 jul. de 2023];(40):e262918. doi: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2023.40.262918>.
26. Lobo MSC, Cardoso MLM. Lições de tempos urgentes: a experiência da atenção à saúde Yanomami ontem e hoje. *Cad Saude Publica* [Internet]. 2023 Mai [citado em 07 jun. 2023];39(4):e00065623. doi: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT065623>.
27. Fontes YM. A vulnerabilidade dos povos indígenas do Norte perante ao garimpo ilegal: uma análise socioambiental dos efeitos do garimpo na vida dos povos yanomami. *Pensar Acadêmico*, 2022 set [citado em 18 jul. 2023];20(3):682-90. doi: <https://doi.org/10.21576/pa.2022v20i3.3493>.
28. Kopenawa D, Albert B. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras; 2015.
29. Barcellos C, Saldanha N. O papel da informação e da comunicação em emergências: a crise sanitária e humanitária no território Yanomami. *Rev Eletron Comun Inf Inov Saude* [Internet]. 2023 Mar [citado em 7 jun. 2023];17(1):7-13. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3605>
30. Fernandes RMS. A epidemia do garimpo ilegal e o avanço da covid-19 na terra indígena Yanomami. *Ensaios de Geografia*, 2021 Mai [citado em 01 jun. 2023]; 7(14):214-26. doi: <https://doi.org/10.22409/eg.v7i14.47112>.
31. Pantoja LDN, Orellana JDY, Leite MS, Basta PC. Cobertura do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional Indígena (SISVAN-I) e prevalência de desvios nutricionais em crianças Yanomami menores de 60 meses, Amazônia, Brasil. *Rev Bras Saude Mater Infant*. 2014 Jan [citado em 07 jun. 2023];14:53-63. doi: <https://doi.org/10.1590/S1519-38292014000100005>.
32. Ramos ARA, de Oliveira KA, Rodrigues FS. Mercury-based mining in Yanomami indigenous lands and accountabilities. *Ambient Soc* [Internet]. 2020 out [citado em 01 jun. 2023];23:e03262. doi: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20180326r2vu2020L5AO>.
33. Silva MM, Estellita-Lins C. *A xawara* e os mortos: os Yanomami, luto e luta na pandemia da Covid-19. *Horiz antropol* [Internet]. 2021 Jan [citado em 01 jun. 2023];27(59):267–85. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000100014>.
34. Orellana JDY, et al. Associação de baixa estatura severa em crianças indígenas Yanomami com baixa estatura materna: indícios de transmissão intergeracional. *Cienc Saude Colet*. 2019 Mai [citado em 01 jun. 2023]; 24(5): 1875–83. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018245.17062017>.
35. Campos JFG. Uma abordagem arquivística dos recortes de jornal. *OFFICINA-Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo*. 2022 [citado em 01 jun. 2023];1(1):34-55. doi: <https://doi.org/10.29327/263416.1.1-4>.
36. Guimarães H. Pesquisador da Fiocruz explica como crise humanitária se origina no território Yanomami. 2023 [citado em 01 jun. 2023]. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisador-da-fiocruz-explica-como-crise-humanitaria-se-originou-no-territorio-yanomami>

**Como citar:** Ramos FQ, dos Santos DN, de Castro NJC. Análise das consequências sociais e de saúde da crise humanitária nas Terras Yanomami. **Rev Saude Redes.** 2023;9(3):4223. doi: 10.18310/2446-4813.2023v9n3.4223.

**Submissão:** 08/06/2023

**Aceite:** 11/10/2023